

## O ESTATUTO POLÍTICO DAS HUMANIDADES NA UNIVERSIDADE: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM MEIO A SILENCIAMENTOS

Gesualda dos Santos Rasia<sup>1</sup>

15 de Maio de 2019. Início de noite chuventa e muito úmida. Uma paisagem nada anormal para os curitibanos. Professores, estudantes e técnicos do Ensino Superior protestávamos nas ruas contra o corte de 30% na Educação Superior, anunciado em Abril deste ano pelo governo federal. Quando ladeei a passeata para fazer o registro em tela, fui interpelada por uma transeunte:

- “Você está nisso daí?”
- “Sim”.
- Sabe se vai demorar a passar? Preciso tomar meu ônibus.

O contingente que mobilizáramos era imenso, passávamos então em uma avenida que cortava o Corredor de ônibus da Estação Central de Curitiba. Em ambos os lados, filas de ônibus coletivos biarticulados<sup>2</sup> aguardando para a travessia. Respondi, então para a moça:

- Creio que esteja no final, pois faz tempo que está passando.

Nisso, um dos agrupamentos passa entoando:

- “Trabalhador, presta atenção, Bolsonaro está do lado do patrão!”

Eis que a moça me indaga:

- “Quem é o patrão do Bolsonaro?”

Me preparo para responder, pensando na oportunidade, quando uma manifestante que passava diz para a moça:

- “É o marido do Bolsonaro!”

Ela me olha e pergunta, olhos arregalados:

- “Quem é o marido do Bolsonaro?”

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal do Paraná, membro e vice-líder do Grupo de Estudos do texto e do Discurso: entrelaçamentos teóricos e analíticos – GPTD.

<sup>2</sup> **Ônibus biarticulados** são versões de ônibus articulados sobre pneus que possuem duas articulações. Entretanto, pelo fato da cortina sanfonada ser a parte visível aos passageiros (ao invés da articulação) ele é apelidado de ônibus com duas sanfonas.

Tento organizar rapidamente o pensamento e a resposta, e decido então pelo escopo da primeira pergunta dela e retorno ao tópico “estar do lado do patrão”. Só que a moça me olha e diz:

\_ Sabe de uma coisa, vou me arrancar daqui antes que apareça algum jornal, tirem uma foto e eu ainda vou sair no meio disso aqui!

E se vai chuva adentro.

Estou falando de uma cena comum do cotidiano na qual duas cidadãs igualmente comuns se encontram. Uma delas apresenta dificuldades para ler os slogans do evento histórico à sua frente para além do seu nicho de evidências, e condensa os sentidos produzidos nos significantes “nisso daí” e “disso daqui”. Com isso, se vê tomada por um efeito de obviedade o qual a impede de ler para além mesmo do desvio elementar desses significantes nos quais aglutina e resume sua apreensão da realidade. Possivelmente se trate de uma cidadã de baixo letramento, vítima mesmo da negação de acessos que lhe são de direito. Outra, de alto letramento, formadora de longa ata, percebe-se diante do absurdo do óbvio que não é visto. Encontra-se pasma e quase emudece ante o bobo que olha para o dedo quando lhe apontam a lua.

Se *La Palice* foi figura de inspiração de Pêcheux (1988) para tecer suas críticas à afirmação do óbvio, eu, enquanto analista de discurso que sou, não me permiti, naquele momento, pensar sobre o *a-mais* e o *a-menos* que poderiam estar funcionando naqueles enunciados, tal foi meu espanto ante a leitura do óbvio não esperado. Comentando acerca do fato, em sala de aula da Pós-graduação, uma aluna diz sobre o quanto os slogans da esquerda podem ser herméticos para as classes populares.

Por hora deixo o fio desse relato em suspenso e reporto ao enunciado que motivou, centralmente, a proposição deste trabalho aqui no SEAD, produzido pelo atual presidente da República, em 26/04/19, em sua conta de Twitter, acerca dos planos de investimento na Educação:

*“O governo deve ‘descentralizar’ recursos para áreas de humanas, como filosofia e sociologia, em universidades. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como Veterinária, Engenharia e Medicina.”<sup>3</sup>*

Em um segundo post, logo em seguida, o presidente afirmou que *“a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”*.

Meu objetivo, a partir de agora, é circunscrever as condições históricas em que os dois enunciados são produzidos, que efeitos de sentido e de resistência produzem e como me instigam a problematizar o diálogo com a moça preocupada em tomar seu ônibus na úmida e barulhenta noite de 15 de Maio em Curitiba.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2019.

## **Acerca de sentidos estabelecidos a partir do lugar das Humanidades ou por que o trabalho das e nas Humanidades provocam perturbações**

A segmentação do conhecimento humano em humanidades, ciências naturais e sociais remonta à criação da Escola Europeia de Altos Estudos, no final do século XIX que é fruto de um modelo de racionalidade do século XVI, o qual segmentava o dito conhecimento científico, norteado por princípios e regras epistemológicas, do senso comum e das ditas humanas, não postas sob essa injunção. Se no decurso do tempo a designação ciência dispensou processos determinativos quando referida ao campo das ciências naturais, tal se deu em função da imagem construída sobre esta forma de saber, no âmbito do capitalismo emergente no século XX, capitaneado pela busca de uma relação direta entre o conhecimento e leis da esfera social consideradas inalteráveis. Em contrapartida, as ciências sociais e humanas, ocupadas, que são, respectivamente, com o homem em suas relações no espaço social e com o modo como esse homem produz, analisa e faz circular conhecimentos, não têm como vetor leis universais.

O paradigma moderno da ciência postula a natureza como objeto a ser conhecido, e o ser humano como sujeito racional desse conhecimento. Esse postulado tem como consequência uma relação dicotômica entre o sujeito, neutro e a natureza, a qual submete-se a relações de determinação e não produz efeitos sobre o sujeito, o que aconteceria em uma perspectiva dialética. A finalidade última de dar respostas a como as coisas são e funcionam, independentemente de suas razões de existência, seus agentes e consequências exclui, assim, do campo de investigação, aspectos subjetivos, históricos e sociais.

Na mesma medida em que a contemporaneidade reclama uma superação dessa dicotomia, mediante o estabelecimento de um paradigma social para o trato do paradigma científico, o zeitgeist que fundamenta os ataques que recorrentemente temos assistido às Ciências Humanas, não apenas no Brasil, diz-nos sobre uma posição de defesa ante o processo de desestabilização das certezas positivistas até então hegemônicas no paradigma moderno das ciências. Boaventura Souza Santos (2010), em discussão acerca da não dicotomização entre ciências naturais e humanas e sociais, defende ambas como práxis sociais inter-relacionadas. E, em virtude disso, o autor propõe que se parta da precariedade do estatuto epistemológico das ciências naturais ao invés de se discutir se o estatuto das ciências humanas ou ciências é igual ou diferente do estatuto das ciências naturais, dado o pressuposto histórico da superioridade destas últimas em relação à precariedade das anteriores. Com isso, ficam invertidos os termos da questão, restando as ciências naturais como ponto de chegada, e não de partida. Ou seja, as ciências sociais e humanas passam a proporcionar a compreensão que dá sentido e justificação à explicação das ciências naturais. Para ele sem tal compreensão não há verdadeira explicação.

E mais, compreensão que deriva do questionamento em torno da condição humana, social, política, histórica. Ora, compreender implica ler, e aqui retomo um fio deixado em suspenso, o tratamento que Althusser deu à leitura e sua relação com os enunciados que motivaram este estudo.

Althusser (1965) tratou da leitura que rompe com a perspectiva do “mito da religiosidade”, propondo, em seu lugar, a leitura que instaura um real da ordem do inapreensível, sujeito, portanto, à interpretação. Leitura que ele designou também de culpável, posto que “confessa a sua falta (...), falta da incontornável condição do sujeito-leitor”, que tem “sua subjetividade, suas inscrições político-ideológicas inevitavelmente envolvidas em sua interpretação, nos sentidos que sua leitura constrói.” (FIGUEIRA, 2017, p. 126-7). E, ainda, a leitura sintomal, aquela que “observa nos próprios lapsos do texto aquilo que ele não diz, ou então, aquilo que o texto diz sem saber que o diz”. (p. idem, 132). Essas categorias implicam o vir-a-ser do sentido e, conseqüentemente, a tomada de posição de parte do sujeito-leitor, haja vista a não fixidez dos sentidos, mas repartição em sítios de significância.

Importa sublinhar, aqui, que esta reflexão de Althusser emerge no âmbito da leitura de *O Capital*, em tese inscrito nos limites da economia e de sua lógica objetivamente verificável. Contudo, Althusser deixa muito clara sua posição: a obra é, antes de qualquer coisa, um tratado de filosofia, na medida em que submete as relações econômicas a injunções históricas e sociais. Isso porque

Marx forneceu-nos, pela primeira vez, os conceitos científicos capazes de nos dar a compreensão do que são “as sociedades humanas” e sua história, isto é, a compreensão de sua estrutura, de sua subsistência, de seu desenvolvimento, de sua estagnação, de sua degenerescência – e das transformações de que elas constituem o objeto (ALTHUSSER, 1979, p. 41).

Althusser pontua que Max tornou possível essa problemática a partir da leitura que fez dos clássicos da economia, colocando em causa uma questão central a esse campo, “o valor do trabalho”. Nas lacunas à resposta da questão, Althusser sinalizou que “É Marx quem nos fez ver assim os espaços em branco no texto da resposta da economia clássica; mas com isso ele apenas nos faz ver o que o próprio texto clássico diz não o dizendo e o que não diz ao dizer.” (ALTHUSSER, 1965, p.20).

Althusser mobiliza, no edifício marxista, as bases do que viria a sustentar o escopo da AD como disciplina de interpretação, com Pêcheux. A visibilidade que confere a esse arcabouço, é mais do que nunca atual, em um tempo em que o fazer das diferentes ciências é colocado em causa. Marx e Althusser não partiram da matemática para dizer sobre o valor do trabalho, mas estabeleceram esse lugar como ponto de chegada sob a condição de uma passagem por razões históricas e sociais: a leitura das condições em que se tece esse valor. O trajeto percorrido por eles foi das ciências humanas e sociais às ciências exatas.

Educar em uma perspectiva humanista significa, pois, a possibilidade de inscrever os sujeitos no lugar da interrogação que tece sentidos acerca da condição humana, da sociedade, da política e da história, não se limitando a emitir opiniões acerca dessas esferas, com base na ordem do senso comum. O interrogar-se, desde o lugar da falta, do avesso do que está posto, torna possível ao sujeito pôr em causa a imposição e dogmatismos a que se encontra sujeito e, com isso, instaura-se o dissenso.

O dissenso, em perspectiva discursiva, diz respeito ao conflito entre saberes de diferentes Formações Discursivas ou mesmo entre diferentes saberes dentro de uma mesma Formação Discursiva, emanados de diferentes posições-sujeito. Ora, o que torna possível, no espaço público, a enunciação dos pensamentos divergentes? A única condição possível é a democracia. Sob regimes totalitários, fascistas ou ditatoriais a possibilidade de dizer restará subsumida à condição da metáfora. E sempre correndo riscos, pois quando governos se dão por conta dos perigos e da força que há nas artes, eles se esforçam para cerceá-las, para retirar delas a possibilidade de plurissignificar.

Sobre o enunciado “a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte, ensinando para os jovens a leitura, escrita e a fazer conta e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”.

Embora a proposição ministerial foque em competências básicas, as quais, devidamente articuladas, poderiam estar a serviço do fazer pensar, as condições de produção do enunciado, em um contexto de ataque ao livre pensar vão na contramão dessa leitura. Para além disso, a continuidade do enunciado, de caráter temporal, articulada pelo relator “depois”, produz efeito de sentido de reducionismo e imediatismo: aprender apenas o básico, e aprender para poder exercer alguma atividade que gere renda básica de sobrevivência. A possibilidade de formação mais ampla e qualificada não se encontram pautadas nessa relação. Não bastasse isso, o compromisso assumido com essa formação, a partir da posição presidencial apresenta-se como argumento de “respeito ao dinheiro do contribuinte”. Uma possibilidade de leitura nessa relação é, mais uma vez, a preocupação com o imediatismo, neste caso, na forma de resposta social rápida. O que não está dito é sobre outros sentidos possíveis para respeito, que podem ser traduzidos em formação para além da básica e sem ter como fim último a formação de mão-de-obra barata e rápida.

Mas e o que dizer de uma significativa parcela da população brasileira, de diferentes níveis econômicos, sociais e culturais que acolhe assertivamente bandeiras governamentais que apostam no desmantelamento da Universidade Brasileira, sobretudo das Humanidades? Que funcionamentos discursivos presidem a irradiação e cristalização de tais discursividades? E o que dizer das escassas conversas entre as partes, ou, em outras palavras, do diálogo de surdos, no qual a militância em prol das universidades grita pelas ruas e o cidadão comum segue de ouvidos moucos, como se tudo isso não lhe dissesse respeito também?

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis *et al.* *Ler o capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FIGUEIRA, Luís Fernando Bulhões. O estatuto da leitura em Althusser e na análise do discurso. In: FILHO, Fábio Ramos Barbosa; BALDINI, Lauro José Siqueira (org.). *Análise de discurso e materialismos: historicidade e conceito* (V.I). Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Aforamento, 2010.